

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE  
DEPARTAMENTO DE TERAPIA OCUPACIONAL

GABRIELA GONÇALVES POIATTI

**EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE E INFÂNCIAS: UMA ANÁLISE DAS  
PRODUÇÕES NACIONAIS SOBRE PRÁTICAS EDUCATIVAS E DE CUIDADO**

SÃO CARLOS - SP

2025

GABRIELA GONÇALVES POIATTI

**EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE E INFÂNCIAS: UMA ANÁLISE DAS  
PRODUÇÕES NACIONAIS SOBRE PRÁTICAS EDUCATIVAS E DE CUIDADO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos, para obtenção do título de bacharel em Terapia Ocupacional.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dra. Martha Morais Minatel

SÃO CARLOS - SP

2025

## RESUMO

Este trabalho analisa as produções nacionais sobre a Educação Popular em Saúde (EPS) no contexto das infâncias, destacando as potencialidades e os desafios dessa prática no Brasil. A EPS, com base nos princípios de Paulo Freire, visa promover uma abordagem humanizada, dialogada e participativa no cuidado à saúde. O objetivo deste trabalho foi identificar e analisar artigos científicos sobre a aplicação da EPS com crianças, em busca de práticas de cuidado e desenvolvimento de políticas públicas inclusivas. A metodologia adotada foi uma revisão narrativa da literatura, com a seleção de artigos de acesso aberto publicados nos últimos 20 anos, por meio de buscas nas bases Scielo, BVS e Portal de Periódicos da CAPES. A pesquisa identificou escassez de estudos focados no público infantil, especialmente na intersecção com a EPS. Os resultados indicam que as práticas de EPS direcionadas à infância ainda são pouco exploradas, com ênfase maior em contextos adultos e de vulnerabilidade social. Além disso, os estudos encontrados revelam a necessidade de um apoio institucional e político robusto para a efetivação dessas práticas. As considerações finais apontam para a importância de fortalecer as políticas públicas de EPS, visando a integração de diferentes setores e a criação de espaços de cuidado que respeitem a singularidade e os direitos das crianças, com ênfase na ampliação da pesquisa sobre o tema.

**Palavras-chave:** “Educação Popular”, “Saúde”, "Criança”.

## ABSTRACT

This study analyzes national productions on Popular Education in Health (EPS) in the context of childhood, highlighting the potentials and challenges of this practice in Brazil. Based on the principles of Paulo Freire, EPS aims to promote a humanized, dialogical, and participatory approach to healthcare. The objective was to identify and analyze scientific articles on the application of EPS with children, seeking care practices and the development of inclusive public policies. The methodology adopted was a narrative literature review, selecting open-access articles published in the last 20 years, through searches in Scielo, BVS, and the CAPES Periodicals Portal. The research identified a lack of studies focused on children, particularly at the intersection with EPS. The results indicate that EPS practices for childhood are still underexplored, with more emphasis on adult and social vulnerability contexts. Furthermore, the studies highlight the need for robust institutional and political support for the implementation of these practices. The final considerations emphasize the importance of strengthening EPS public policies, aiming for the integration of various sectors and the creation of care spaces that respect children's uniqueness and rights, with a focus on expanding research on the topic.

**Keywords:** "Popular Education," "Health," "Child".

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>2. OBJETIVO.....</b>	<b>7</b>
<b>3. METODOLOGIA.....</b>	<b>7</b>
3.1. Procedimentos.....	8
<b>4. RESULTADOS.....</b>	<b>9</b>
4.1 Quadro 01 - Relação de estudos encontrados nas bases pesquisadas.....	9
4.2 Quadro 02 - Dados encontrados pela pesquisa na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS)...	11
4.3 Quadro 03 - Dados encontrados pela pesquisa na Base de Periódicos da CAPES.....	14
<b>5. DISCUSSÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>21</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>22</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Segundo Cruz (2018), podemos caracterizar a Educação Popular em Saúde (EPS) como uma perspectiva de fazer, pensar e sentir as práticas de cuidado em saúde, tanto no Brasil quanto em diversos outros países. A EPS abarca uma série de princípios para conduzir atividades sociais, práticas profissionais e iniciativas populares, todas destinadas a engajar, sensibilizar, mobilizar e facilitar espaços de intercâmbio, negociação e compartilhamento de vivências. Nessas instâncias, através do engajamento ativo das pessoas e da criação de laços solidários entre elas, emergem estratégias tanto individuais quanto coletivas para lidar com e superar os desafios sociais. Além disso, esses espaços promovem processos de aprendizagem que contribuem para uma vida mais plena e significativa (Cruz, 2018).

No contexto brasileiro, Pedrosa (2021) afirma que a Educação Popular em Saúde (EPS) emergiu como um movimento tanto pedagógico quanto político durante os anos 1960. Sua finalidade era reconhecer e fortalecer as forças provenientes das camadas populares, enquanto a incipiente e ameaçada democracia buscava se consolidar no cenário do regime liberal populista. Inspirada nos princípios de Paulo Freire, a EPS foi moldada sobre os pilares da problematização, emancipação, intercâmbio e diálogo, buscando estabelecer uma abordagem pedagógica crítica. Essa abordagem não apenas visava a alfabetização para o domínio das letras, mas também a conscientização das pessoas sobre seu papel como agentes ativos no mundo (Pedrosa, 2021).

O autor destaca que, no contexto de conflitos e engajamento político, os princípios da educação popular de Freire foram além da alfabetização, influenciando a formação de cidadãos ativos em várias esferas sociais. Surgiram iniciativas ligadas a sindicatos, associações, grupos comunitários, centros culturais, instituições acadêmicas e mídia alternativa. Nas áreas urbanas de baixa renda, ressurgiram organizações como sociedades de bairro, promovendo melhorias em áreas como creches, saúde, habitação e transporte. Exemplos como o Movimento Popular de Saúde (MOPS) e o Movimento Contra a Carestia estavam alinhados com os segmentos progressistas da época, criando iniciativas que valorizavam os saberes e aspirações dos participantes, ampliando sua visão de mundo e participação (Pedrosa, 2021).

Em 2013, foi instituída pela Portaria do Ministério da Saúde n. 2.761, a Política Nacional de Educação Popular em Saúde (Brasil, 2013). A política se fundamenta nos princípios teóricos e metodológicos do diálogo, amorosidade, construção compartilhada do saber, emancipação e compromisso com a construção do Projeto Democrático Popular (Pedrosa, 2021).

Mais recentemente, alguns dos trabalhos encontrados sobre o tema apontam para práticas de Educação Popular em Saúde em contextos muito diversos, como com mulheres, com foco na sexualidade (Justino et al, 2024) e no cuidado cotidiano (Freitas et al, 2024). Também vemos pesquisas voltadas ao estudo de práticas da EPS para práticas de educação emancipadora de povos camponeses (Littig; Amaral, 2024).

Entretanto, chama a atenção a grande escassez de estudos e relatos de experiências nesse campo envolvendo o público infantil, o que é muito controverso, considerando a infância como uma etapa da vida na qual se inicia o processo de humanização. Esse processo é definido por Leontiev (1978) como o movimento de aprendizagem do ser humano a “ser o que é”. O autor afirma que somente através da interação social com indivíduos mais experientes é que as novas gerações absorvem e assumem as habilidades mentais caracteristicamente humanas, como a linguagem, o raciocínio, o domínio sobre suas próprias vontades, a capacidade de imaginação e a compreensão simbólica da consciência. É nesse contexto que sua inteligência e personalidade são moldadas e desenvolvidas. Assim, de acordo com Leontiev (1978), temos que o processo de humanização é essencialmente educacional.

Bento e Romão (2017) ressaltam que no Brasil, um país continental que se caracteriza pela diversidade, vemos a existência de múltiplas infâncias, decorrentes de realidades históricas, sociais e estatísticas bastante complexas (Bento; Romão, 2017). Por isso, faz-se necessário o sobrevoo para compreender as ressonâncias do referencial teórico da Educação Popular em Saúde com as crianças, a fim de identificar as potencialidades, desafios e possibilidades de trabalho aos profissionais que atuam com as infâncias, especialmente em contextos territoriais e comunitários.

## **2. OBJETIVO**

Identificar e analisar as produções nacionais acerca da Educação Popular e as infâncias.

## **3. METODOLOGIA**

No presente trabalho, buscou-se realizar um estudo de revisão de literatura do tipo narrativa, que pode também ser denominada de revisão da literatura tradicional. Os artigos de revisão, juntamente com outras categorias de artigos científicos, constituem uma modalidade de pesquisa que utiliza fontes bibliográficas ou eletrônicas para extrair e analisar os resultados

de estudos anteriores de outros pesquisadores, visando proporcionar um embasamento teórico para um objetivo específico (Rother, 2007).

A respeito especificamente de artigos de revisão narrativa, estes podem ser definidos como publicações amplas que oferecem uma descrição detalhada e uma discussão abrangente sobre o desenvolvimento ou o "estado da arte" de um determinado tema, apresentando uma perspectiva teórica ou contextual (Rother, 2007).

Segundo Souza et al. (2018), podemos descrever as etapas desse tipo de estudo em 6 itens:

1. Seleção de um tema de revisão: no presente estudo, o tema escolhido foi: Educação Popular e Infância;

2. Pesquisa na literatura: as bases de busca para essa revisão serão a Scielo, BVS, Revista de Educação Popular, Base de Periódicos da CAPES;

3. Seleção/recolha: na presente revisão, foram utilizados os descritores “educação popular” AND “saúde” AND “criança”, sendo selecionados apenas artigos de acesso aberto, publicados nos últimos 20 anos. Os artigos foram selecionados primeiramente a partir da leitura do título para verificar se havia menção à práticas de cuidado em saúde junto às crianças por meio da educação popular, caso não ficasse claro, fez-se a leitura do resumo e, por fim, se ainda ficasse dúvida fez-se uma leitura do texto completo para sua inclusão ou não. Com base na leitura dos textos completos, os artigos encontrados que não foram selecionados não abordaram práticas com crianças e/ou a Educação Popular em Saúde. Descartaram-se também artigos que se repetiram na pesquisa.

4. Leitura e análise da literatura - nesta revisão, realizou-se a leitura dos títulos, resumos e textos completos dos estudos encontrados a fim de verificar sua relevância com o tema da pesquisa, bem como destacar pontos relevantes para discussão;

5. Redação da revisão;

6. Referências.

### **3.1. Procedimentos**

Este estudo adotou procedimentos metodológicos que incluíram a definição do tema, a escolha das bases de dados e a seleção dos critérios de inclusão. As bases utilizadas foram Scielo, BVS, Revista de Educação Popular e Portal de Periódicos da CAPES, com os termos de busca definidos como: "educação popular", "saúde" e "criança". Inicialmente, foram encontrados 60 artigos publicados nos últimos 20 anos, de acesso aberto, que apresentavam as palavras-chave no título ou resumo. Após aplicação dos critérios de seleção, 14 artigos foram

inicialmente escolhidos, mas, ao serem analisados, não estavam alinhados ao objetivo da pesquisa, que visava explorar práticas de educação popular com crianças. Foi então realizada uma nova busca, ainda restringida a artigos de acesso aberto, publicados nos últimos 20 anos, que abordassem práticas de cuidado em saúde voltadas às crianças. Após uma análise detalhada dos títulos, resumos e textos completos, foram encontrados 79 artigos, dos quais 4 foram selecionados, conforme detalhado na seção subsequente.

#### 4. RESULTADOS

Nesta seção, serão apresentados os resultados obtidos, acompanhados de uma descrição detalhada das informações encontradas, bem como dos procedimentos realizados para a obtenção desses resultados, incluindo os critérios de exclusão adotados. Os quadros a seguir apresentam os dados provenientes de cada base de dados consultada.

##### 4.1 Quadro 01 - Relação de estudos encontrados nas bases pesquisadas

<b>Fontes consultadas</b>	<b>Scielo</b>	<b>BVS</b>	<b>Rev Ed Pop</b>	<b>Portal de Periódicos CAPES</b>
<b>Quantidade de artigos encontrados</b>	4	41	2	32
<b>Artigos selecionados</b>	0	2	0	2

Fonte: Elaborado pela autora.

É importante destacar que, ao analisar os resumos dos quatro textos encontrados na base SCIELO, observa-se que nenhum deles aborda práticas com crianças a partir da perspectiva da educação popular. Dessa forma, não foram selecionados textos dessa base na revisão. Ainda, na busca realizada na Revista de Educação Popular, foram encontrados dois artigos. O primeiro descreve uma experiência, mas com adolescentes na faixa etária de 14 a 16 anos, e não com crianças. O segundo artigo não aborda práticas, limitando-se a uma dissertação sobre crianças e adolescentes enquanto sujeitos de conhecimento.

A seguir, apresentam-se os dados provenientes das bases de dados nas quais foi possível identificar e selecionar trabalhos relacionados ao tema da pesquisa: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Portal de Periódicos CAPES, onde foram encontrados 41 e 32 resultados, respectivamente, sendo selecionados 2 trabalhos de cada base, o que totaliza 4 artigos selecionados.

#### 4.2 Quadro 02 - Dados encontrados pela pesquisa na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS)

Na pesquisa realizada a partir da coleção completa da Biblioteca Virtual em Saúde, foram obtidos 41 resultados. Desses, 8 artigos estavam sem acesso e 5 eram repetidos, sendo descartados 13 no total. Além disso, 26 artigos foram descartados após a análise do título, resumo e/ou texto completo, pois não estavam relacionados ao tema da pesquisa. Foram selecionados 2 artigos, apresentados no quadro a seguir.

<b>Referência</b>	<b>Objetivo do estudo</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Principais resultados</b>	<b>Considerações dos autores a respeito da Ed Pop e Crianças</b>
CAVALCANTI, G. de Moura B. et al. Educação Popular em Saúde como instrumento para formação médica: relato de experiência. Rev. enferm. UFPE on line, p. 1542-1551, 2017.	Relatar as experiências vivenciadas por uma acadêmica de medicina na produção da Educação Popular em Saúde como instrumento da formação médica.	Estudo descritivo, do tipo relato de experiência. Foram realizados encontros na associação Famílias Abençoadas, no município de João Pessoa (PB), Brasil, com crianças na faixa etária dos 4 aos 12 anos, durante o módulo de atenção à Saúde III.	A vivência permitiu a abordagem do processo da Educação Popular em Saúde, estabelecida por meio do trabalho com crianças da comunidade, além de fortalecer o processo de promoção da saúde. Estabeleceu-se o vínculo durante o período de trabalho com as crianças.	A Educação Popular é um instrumento crucial na construção de uma medicina integral. Ela promove a ampliação do diálogo entre diversas profissões, especialidades, serviços, usuários, familiares, vizinhos e organizações sociais locais, com o objetivo de fortalecer e reorientar

				<p>práticas, conhecimentos e lutas por direitos.</p> <p>O tempo passado com as crianças da associação estabeleceu um vínculo profundo, baseado em afeto. O objetivo foi capacitá-las a se tornarem agentes de transformação em seu meio.</p> <p>Assim, espera-se que a Educação Popular em Saúde seja fortalecida para promover maior autonomia dos indivíduos.</p> <p>Isso contribuirá não só para a eficácia das práticas compartilhadas e para uma atenção primária mais resolutiva, mas também para que as crianças</p>
--	--	--	--	---

				possam escolher se e como seguir as influências do ambiente em que vivem.
CALHEIROS, M. N. S. et al.. A violência baseada em gênero na perspectiva das crianças: uma investigação temática. Saúde e Sociedade, v. 32, n. 3, p. e220365pt, 2023.	O objetivo deste artigo foi compreender as percepções de crianças entre 8 e 11 anos, de uma Organização Não Governamental (ONG), sobre a violência baseada em gênero (VBG) durante a infância.	Estudo participante, conduzido por meio de uma pesquisa-ação realizada em duas etapas. A primeira consistiu em uma investigação temática e a segunda, em círculos de cultura, envolvendo 32 crianças, com base na teoria dialógica de Paulo Freire.	Para as crianças, a VBG é uma manifestação da violência caracterizada pelo desrespeito e pela multicausalidade. Identificaram, ainda, algumas estratégias e atores para o enfrentamento do problema. Ações como essas potencializam a postura crítica por meio da Educação Popular em Saúde numa perspectiva participativa e dialógica.	O referencial freireano se mostra como um alicerce teórico-metodológico sólido e capaz de direcionar práticas condizentes com a realidade dos sujeitos e que possibilitem às crianças a oportunidade para construir-se enquanto protagonistas, transformando a si, e suas formas de perceberem a realidade para então transformá-la nas relações com outras pessoas no e

				com o mundo.
--	--	--	--	--------------

Fonte: Elaborado pela autora.

### 4.3 Quadro 03 - Dados encontrados pela pesquisa na Base de Periódicos da CAPES

Na pesquisa realizada no Portal de Periódicos da CAPES, foram encontrados 32 resultados. Desses, 12 artigos estavam com acesso restrito. Além disso, 18 artigos foram descartados por não tratarem de práticas com crianças e/ou não abordarem a Educação Popular em Saúde. Assim, foram selecionados 2 artigos, descritos no quadro a seguir.

<b>Referência</b>	<b>Objetivo do estudo</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Principais resultados</b>	<b>Considerações a respeito da Ed Pop e Infâncias</b>
MINATEL, M.M., TAÑO, B. L. & MORATO, G. G. Quando crianças pedem rede: Terapia Ocupacional, intersetorialidade e educação popular no cuidado com as infâncias. Rev. Interisnt. Bras. Ter. Ocup., v. 6, n. 1, p. 822-833, 2022.	Compartilhar proposições e reflexões em torno da intersetorialidade produzidas a partir da prática em Terapia Ocupacional junto a crianças vulnerabilizadas no contexto da COVID-19.	Artigo de reflexão a partir de uma experiência prática. Apresenta intersetorialidade como metodologia para produzir ações voltadas para o cuidado e proteção às infâncias, destacando as contribuições da profissão e da Educação Popular no	Propõe-se uma intersetorialidade comprometida com o território, com a diminuição das iniquidades e que garanta a participação popular, bem como o seu protagonismo nos processos de tomada de	Tem-se que os princípios da educação popular, como a relação pautada no diálogo, amorosidade e confiança, foram essenciais para o caminhar do coletivo e da construção de ações intersetoriais sensíveis à realidade da comunidade.

		processo.	decisão para a construção das ações ensejadas, sendo possível caracterizá-la como um ato político.	
CARDOZO PARESQUE, M. A.; TABOZA, Z.; DIAS, C.; FRANCELINO, R. Resignificando as Práticas na Atenção em Saúde Bucal aos Escolares. Sanare - Revista de Políticas Públicas, v. 10, n. 1, 2013.	Descrever a experiência na atenção em saúde bucal em instituições educacionais.	O presente trabalho apresenta-se como um relato de experiência vivenciado pelos profissionais de Saúde Bucal e Fonoaudiologia, além de acadêmicos de Odontologia, da disciplina de Estágio Supervisionado I, auxiliares de saúde bucal e agentes comunitários de saúde, realizados durante os anos de 2009 e 2011.	Construir com a criança uma relação de proximidade e, assim a construção de vínculos, ajudou a desmistificar o medo de dentista, e contribui na efetivação de hábitos saudáveis, pois ela percebe, sem que haja imposições, que deve ser responsável pelo cuidado a sua saúde. Reforçou-se, então, a necessidade de não segregar a saúde bucal, zelando-se para que,	Paulo Freire destaca que as práticas educativas requerem reflexões críticas sobre as práticas, respeito aos saberes e à autonomia dos educandos, exigem o reconhecimento e a assunção da identidade cultural. Vale enfatizar que “a questão da identidade cultural, de que fazem parte a dimensão individual e a de classe dos educandos cujo respeito é

			durante a ação, fossem abordadas temáticas referentes à alimentação saudável, estímulo ao desenvolvimento cognitivo e motor, as diferentes formas de comunicação, prevenção de hábitos nocivos, e aos direitos das crianças.	absolutamente fundamental na prática educativa progressista.
--	--	--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora.

## 5. DISCUSSÃO

Os trabalhos selecionados possuem elementos comuns que permitem explorar as conexões entre as experiências relatadas e os fundamentos da Educação Popular em Saúde, destacando tanto seu potencial quanto seus desafios. A partir de suas particularidades, eles convergem em aspectos centrais, como a valorização do vínculo, do afeto e da confiança, elementos essenciais da EPS que atravessam os relatos de experiência e a pesquisa acadêmica. Cada trabalho contribui de forma distinta, mas complementar, para entender como a Educação Popular em Saúde é implementada e refletida no campo da saúde coletiva.

A análise dos anos de publicação dos artigos em relação à Política Nacional de Educação Popular em Saúde - PNEPS -, criada em 2013 (Brasil, 2013), permite levantar hipóteses sobre a influência do investimento estatal em ações voltadas à Educação Popular (EPS). O artigo de Cardozo Paresque et al. (2013), contemporâneo à formulação da política, reflete um momento inicial de consolidação da EPS, sugerindo que as práticas relatadas ainda dependiam amplamente de iniciativas locais e do engajamento de profissionais individuais, antes que houvesse uma estrutura institucional mais robusta. Já os textos publicados em 2017 e 2022, como os de Cavalcanti et al. e Minatel et al., parecem situar-se em um cenário de maior maturidade da política, mas também de desafios, apontando uma relação frágil entre o discurso político e sua operacionalização prática. Finalmente, o artigo de Calheiros et al. (2023), publicado em um contexto de desfinanciamento progressivo das políticas sociais no Brasil, sugere que a continuidade das ações movidas pela EPS depende não apenas da política formal, mas também de investimentos públicos consistentes. Nesse sentido, é possível hipotetizar que a descontinuidade de financiamento estatal pode explicar tanto a escassez de pesquisas acadêmicas mais amplas quanto a dificuldade de expandir iniciativas locais para níveis sistêmicos, o que reforça a necessidade de suporte institucional e político para consolidar os princípios da EPS em todo o país.

Ainda, é possível analisar que o trabalho de Cardozo Paresque et al. (2013) compartilha com os textos posteriores a ênfase na construção de práticas mais humanizadas, como no caso de Cavalcanti et al. (2017), que também enfatizam o vínculo, diálogo e a humanização no contexto da formação médica. Ambos os relatos mostram como a EPS, mesmo em contextos distintos - saúde bucal escolar e ensino médico -, depende de processos que respeitem o tempo necessário para que a confiança e o diálogo se estabeleçam entre profissionais e comunidades.

Essa relação com o tempo também é evidente em Minatel et al. (2022), que aborda a intersetorialidade e redes colaborativas no cuidado à infância. Assim como os outros relatos,

este reforça que os princípios freirianos da EPS - como escuta ativa, construção coletiva e reconhecimento da subjetividade do outro, com amorosidade - demandam um tempo que nem sempre é compatível com as exigências imediatas de resultados no campo da saúde pública. Aqui, observa-se uma conexão entre os três textos, que apontam a necessidade de estratégias que permitam à EPS se consolidar como uma prática sustentada e contínua, em vez de iniciativas pontuais.

Por outro lado, o trabalho de Calheiros et al. (2023) apesar de introduzir uma perspectiva diferente, por ser o único baseado em pesquisa acadêmica estruturada, realiza uma análise sobre a violência de gênero na perspectiva das crianças resgatando princípios que também fundamentam os relatos: a valorização da escuta e o respeito à subjetividade. Este ponto conecta o texto aos demais, ao demonstrar que mesmo em um contexto mais analítico e sistematizado, a EPS continua sendo uma prática centrada no diálogo e na valorização das experiências vividas. Além disso, o fato de essa pesquisa ter sido conduzida em um doutorado, com um período de dedicação prolongado - com média de 4 anos- , reafirma a ideia comum aos relatos de que a EPS não se adapta facilmente a intervenções curtas ou a pesquisas que demandam resultados rápidos.

Outro ponto em comum entre os textos é o reconhecimento da EPS como uma abordagem que desafia o modelo biomédico tradicional. Tanto os relatos de experiência quanto a pesquisa de Calheiros et al. demonstram como a Educação Popular em Saúde amplia o escopo do cuidado em saúde, incorporando dimensões sociais, culturais e emocionais. No entanto, todos os trabalhos também sugerem que essa resistência ao modelo biomédico acarreta desafios institucionais e políticos, já que a EPS depende de condições favoráveis, como políticas públicas sustentáveis, financiamento adequado e profissionais capacitados para implementar seus princípios.

Adicionalmente, os textos convergem ao destacar o potencial da Educação Popular em Saúde em promover práticas intersetoriais. O relato de Minatel et al. (2022) é explícito nesse aspecto, ao abordar a necessidade de colaboração entre saúde, educação e assistência social no cuidado à infância. Essa perspectiva dialoga com os textos de Cavalcanti et al. (2017) e Cardozo Paresque et al. (2013), que, embora não enfoquem diretamente a intersetorialidade, sugerem que a EPS é mais eficaz quando integrada a práticas amplas e coletivas. A pesquisa de Calheiros et al. (2023), ao abordar um tema socialmente complexo como a violência de gênero, reforça essa ideia, demonstrando como a EPS pode ser uma ferramenta para enfrentar questões que transcendem o campo estrito da saúde.

Ainda, as pesquisas analisadas revelam uma forte conexão entre a Educação Popular em Saúde e as regiões histórica e socialmente negligenciadas do Brasil. O estudo de Cavalcanti et al. (2017) e o de Calheiros et al. (2023), realizados em João Pessoa (PB), destacam como a prática da Educação Popular em Saúde se torna um importante instrumento de inclusão social e de fortalecimento das comunidades, especialmente nas regiões do Nordeste, que enfrentam desigualdades estruturais. De forma semelhante, o estudo de Minatel et al. (2022), realizado em uma região periférica do interior de São Paulo, evidencia como a intersetorialidade e a abordagem educativa voltada às crianças favorecem o cuidado integral e o acesso a direitos básicos, promovendo a mudança de paradigmas em comunidades que tradicionalmente enfrentam exclusão social. Já o trabalho de Cardozo Paresque et al. (2013), realizado em um bairro no Ceará, reflete a adaptação da Saúde Bucal às especificidades locais e às demandas das populações em situação de vulnerabilidade, onde a escassez de recursos exige um esforço de ressignificação das práticas.

Essa concentração de práticas da EPS em locais de vulnerabilidade, principalmente em regiões do Nordeste brasileiro, também reflete a necessidade de um olhar mais atento e sensível às particularidades dessas regiões, onde as políticas públicas muitas vezes não alcançam adequadamente a população. Além disso, é possível refletir como o Nordeste, por sua rica tradição de movimentos sociais e resistência, se tornou um terreno fértil para a implementação da EPS, que visa não apenas a melhoria das condições de saúde, mas também a promoção da cidadania e da participação ativa da população na gestão de seus direitos. Isso aponta para um movimento que vai além da simples oferta de cuidados, mas busca também a transformação social por meio da valorização do saber local e da mobilização comunitária.

Por fim, a análise dos textos em conjunto revela também como o lugar de publicação, regiões das pesquisas e o tipo de trabalho refletem a centralidade da EPS no campo da saúde coletiva: com publicações em revistas de enfermagem, terapia ocupacional e serviço social. Os relatos de experiência predominam, sugerindo que a EPS ainda é mais explorada no nível prático do que no acadêmico. Apesar disso, a pesquisa de Calheiros et al. (2023) demonstra que há espaço para aprofundar os debates teóricos e metodológicos, desde que as condições estruturais, como o tempo e o financiamento, sejam compatíveis com os princípios da EPS. Assim, ao relacionar os textos entre si, percebe-se que eles se complementam na tarefa de evidenciar o potencial da Educação Popular em Saúde como prática emancipatória e humanizadora, ao mesmo tempo em que revelam os desafios de consolidá-la como uma política pública efetiva e uma área ativa de pesquisa acadêmica. Ainda, é possível desenvolver

essa questão pensando no contexto histórico das infâncias no Brasil e no mundo, que provoca ressonâncias intensas na realidade atual.

A infância e a adolescência, como as compreendemos hoje, são conceitos que emergiram com a modernidade, por volta dos séculos XVI e XVII, conforme a análise do historiador francês Philippe Ariès. Esse período foi marcado pelo surgimento da Ciência Ocidental, como a conhecemos atualmente, e pelo desenvolvimento das ideias iluministas. Dessa forma, tanto o conceito de infância quanto o de adolescência devem ser entendidos como construções históricas que surgiram ao longo do desenvolvimento das sociedades. Antes da Idade Moderna, não havia um reconhecimento claro da infância, e a criança era vista como um pequeno adulto, sem uma distinção social ou psicológica entre essas fases da vida (Ariès, 1986).

Como discorre Corrêa (2010), apesar dos avanços nas ciências sociais e humanas, nota-se atualmente que ainda existe uma negligência gritante em relação às necessidades das crianças, tanto por parte dos adultos quanto das instituições. Assim como no passado, as crianças continuam sendo tratadas de forma similar aos adultos, sem o devido reconhecimento de suas particularidades e necessidades. Um exemplo disso pode ser observado na prática pedagógica contemporânea, em que a alfabetização de crianças pequenas muitas vezes vem acompanhada da limitação ou até mesmo da proibição do brincar. Nesse contexto, o brincar é restrito a uma ferramenta utilitária de aprendizagem, desconsiderando a importância dessa atividade no desenvolvimento da criatividade e da expressão livre das crianças, o que resulta na perda de um aspecto fundamental da infância.

Ainda segundo Corrêa (2010), tem-se que, em nome do cuidado e da proteção, um número crescente de crianças tem sido medicado desde cedo para tratar condições que, frequentemente, são consideradas como doenças ou distúrbios por profissionais de saúde. Estes diagnósticos incluem, de maneira geral, questões como agressividade excessiva, dificuldades de socialização, ansiedade, hiperatividade, e dificuldades com concentração, leitura e cálculos. Tal cenário aponta para uma tendência crescente de patologização da infância e adolescência, em que comportamentos característicos dessa fase do desenvolvimento humano são encarados como problemas a serem tratados medicamente, seguindo o mesmo modelo terapêutico destinado aos adultos. Sem questionamentos mais profundos, tratamentos medicamentosos se multiplicam no mercado farmacêutico, oferecendo soluções rápidas para sintomas de depressão, ansiedade ou dificuldades de atenção, como no caso do uso da Ritalina, amplamente prescrita para crianças, muitas vezes sem a devida reflexão crítica sobre as implicações desse tipo de abordagem (Corrêa, 2010).

Dentro desse contexto, os autores analisados neste estudo também abordam a necessidade de repensar a forma como tratamos as crianças e suas infâncias, relacionando essa reflexão com a EPS. No artigo de Cavalcanti et al. (2017), por exemplo, a educação popular é vista como uma ferramenta crucial na formação de profissionais de saúde, permitindo que as crianças se tornem protagonistas no processo de cuidado. A ideia é superar o modelo tradicional, no qual as crianças são tratadas de forma passiva, e passar a reconhecê-las como sujeitos ativos que participam da construção de seu próprio aprendizado e saúde. Essa abordagem se alinha com a necessidade de uma prática mais humanizada e colaborativa, que escute e respeite as experiências infantis.

Da mesma forma, Calheiros et al. (2023) ressaltam a importância de se ouvir as crianças, especialmente em relação a questões de violência baseada em gênero, e reconhecê-las como sujeitos que possuem um olhar crítico e uma compreensão própria do mundo. A pesquisa destaca a necessidade de construir espaços em que as crianças possam expressar suas experiências e desafios, contribuindo para a construção de um cuidado mais contextualizado e sensível às suas realidades. Este foco na escuta ativa é um reflexo da perspectiva da educação popular em saúde, que visa o empoderamento das comunidades, incluindo as infâncias, na busca por soluções coletivas para problemas comuns.

Por fim, Minatel et al. (2022) e Cardozo Paresque et al. (2013), ao abordarem a intersetorialidade e a saúde bucal, respectivamente, também reforçam a ideia de que as infâncias devem ser tratadas de forma integrada e respeitosa, levando em consideração o contexto social e os saberes das próprias crianças e suas comunidades. O conceito de Educação Popular em Saúde surge como um elo entre essas práticas, propondo um cuidado mais coletivo e participativo, que não só transforma as práticas de saúde, mas também empodera as crianças e suas famílias, permitindo uma transformação social mais profunda e efetiva.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em conclusão, a análise dos textos selecionados revela a riqueza e a complexidade da Educação Popular em Saúde (EPS), ao evidenciar tanto seus potenciais quanto os desafios que ainda enfrenta para se consolidar como uma prática eficaz e abrangente no campo da saúde coletiva. A partir dos relatos de experiência e da pesquisa acadêmica, é possível perceber como a EPS, fundamentada nos princípios da valorização do vínculo, do afeto e da confiança, se reflete em práticas que buscam promover uma abordagem mais humanizada e intersetorial no cuidado à saúde.

No entanto, a continuidade e a expansão dessas práticas dependem de um suporte institucional e político sólido. A análise temporal dos artigos, especialmente em relação à Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS), indica que o financiamento e o compromisso com a implementação efetiva da EPS variam conforme os períodos e as condições socioeconômicas do país. A escassez de investimentos e a fragilidade na operacionalização das políticas públicas são fatores que dificultam a ampliação das iniciativas locais para um nível sistêmico e sustentável.

É importante destacar que, embora a EPS tenha avançado ao longo dos anos, ela ainda enfrenta obstáculos significativos para se consolidar como uma prática contínua e fundamentada em uma visão crítica e emancipatória da saúde. A resistência ao modelo biomédico, a necessidade de tempo para a construção de confiança e o respeito à subjetividade das pessoas são aspectos que, muitas vezes, esbarram nas exigências imediatas do sistema de saúde público e nas pressões por resultados rápidos. Isso tudo se intensifica ainda mais diante de uma sociedade que tende a invisibilizar infâncias, não dar espaço para o brincar e enxergar suas particularidades sob a ótica da patologia e medicalização excessiva.

Portanto, é fundamental que se intensifique a pesquisa nesse campo, com foco em aprofundar os debates teóricos e metodológicos sobre a EPS, a fim de fortalecer a sua implementação e sustentar seu potencial transformador. A Educação Popular em Saúde, ao enfrentar as desigualdades sociais e culturais, oferece uma abordagem que vai além do cuidado biomédico, promovendo uma visão integral da saúde. Contudo, para que seus princípios sejam amplamente aplicados e reconhecidos, é necessário um compromisso contínuo com o financiamento adequado, a capacitação dos profissionais e a integração das políticas públicas, garantindo que a EPS se torne uma prática sólida e sustentável em todo o país, não apenas transformando a visão de saúde, mas também resgatando as vozes, rostos, e histórias de vida das várias infâncias no Brasil.

## REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BENTO W., E. L.; ROMÃO F., F.. As infâncias e as brincadeiras do e no campo: a vivência e a participação em um movimento social. **Revista de Educação Popular, Uberlândia**, v. 16, n. 3, 2017. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/38126/pdf>. Acesso em: 30 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.761, de 19 de Novembro de 2013. Institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do SUS (PNEPS-SUS)**.

Brasília: Ministério da Saúde; 2013

CORRÊA, A. R. M. Infância e patologização: crianças sob controle. **Revista brasileira de psicodrama**, v. 18, n. 2, p. 97-106, 2010. Disponível em:

<https://www.revbraspsicodrama.org.br/rbp/article/view/131/117>. Acesso em: 02 fev. 2025.

CRUZ, P.J.S.C. Educação Popular em Saúde, seus caminhos e desafios na realidade atual brasileira. In: CRUZ, P.J.S.C.(org.). **Educação Popular em Saúde: desafios atuais**. 1 ed. São Paulo: Hucitec, 2018. p. 19-33.

FREITAS, N. A. de; SILVA, M. R. F. da; PINHEIRO, R.; OLIVEIRA, K. da S.; SANTANA, E. J. S.; FREITAS, M. A. As lições de desencontros com o direito à saúde das mulheres camponesas. **Revista de Educação Popular, Uberlândia**, v. 22, n. 3, p. 22–40, 2024.

Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/70402>. Acesso em: 30 abr. 2024.

LEONTIEV, A. N. **O desenvolvimento do psiquismo**. Tradução de Manuel Dias Duarte. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

LITTIG, P. H.; AMARAL, D. M. do. O diálogo entre a Educação Popular e a Educação do Campo com a Pedagogia da Alternância na busca por uma educação emancipadora. **Revista de Educação Popular, Uberlândia**, v. 22, n. 3, p. 41–61, 2024. Disponível em:

<https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/69335>. Acesso em: 30 abr. 2024.

JUSTINO, G. B. da S.; SALIM, N. R.; SILVEIRA, R. T.; SOUZA-SILVA, J. de. Sobre todas as flores: Educação Popular em Saúde e autonomia em saúde sexual no climatério/menopausa. **Revista de Educação Popular, Uberlândia**, v. 22, n. 3, p. 1–21, 2024. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/68850>. Acesso em: 30 abr. 2024.

PEDROSA, José Ivo dos Santos. A Política Nacional de Educação Popular em Saúde em debate:(re) conhecendo saberes e lutas para a produção da Saúde Coletiva. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 25, p. e 200190, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/icse/v25/1807-5762-icse-25-e200190.pdf>. Acesso em 20 abr. 2024.

ROTHER, E. T. Revisão Sistemática x Revisão Narrativa. **Acta Paul Enferm**, v. 20, n. 2. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 jul. 2024.